

*Contudo.
Proceder-se à
audiência dos
interessados*

João Carlos dos Santos
Diretor-Geral

Parecer

Na reunião de 19 de maio de 2021, a Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico (SPAA), do Conselho Nacional de Cultura (CNC), apreciou o seguinte assunto: *2021.08.20*

Mosteiro de São Martinho de Tibães, em Mire de Tibães, freguesia de Mire de Tibães, concelho e distrito de Braga. Esclarecimentos. CS 1229712.

Relator Arquiteto João Carlos dos Santos

Na reunião de 12 de setembro de 2018 foi apresentada a proposta de ampliação da *Igreja e Mosteiro de Tibães, fontes e construções arquitetónicas das respetiva quinta* (IIP), de forma a abranger *todo o mosteiro, incluindo a cerca* e reclassificação como monumento nacional (MN) e a red denominação como Mosteiro de São Martinho de Tibães.

Foram então aprovadas as seguintes conclusões:

1. Alteração da designação do bem para «**Mosteiro de São Martinho de Tibães**»;
2. **Ampliação da área classificada**, conforme representada na planta apresentada na sessão;
3. **Reclassificação** do Mosteiro de São Martinho de Tibães para **monumento nacional (MN)**;
4. Manutenção da zona *non aedificandi* **sem alterações**;
5. Fixação da zona especial de proteção (ZEP), conforme representada na planta apresentada na sessão;
6. Fixação dos conteúdos (cfr. CS 1218847 de 23.10.2017), **excluindo a referência ao cemitério novo.**

Em 23 de outubro de 2018 foi determinado pela Diretora-Geral do Património Cultural proceder-se à audiência dos interessados.

Contudo, na tramitação processual para esse efeito verificou-se que, de acordo com a legislação em vigor, não é possível um monumento nacional encerrar nos limites da área classificada uma zona *non aedificandi*. Tal restrição só está prevista nos conjuntos, sítios (art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 309/2009) e ZEP (art.º 43.º do Decreto-Lei n.º 309/2009).

Deste modo, pretendendo-se a manutenção da zona *non aedificandi* tal como aprovado na SPAA de 19 de maio de 2018, há que introduzir esta restrição na área classificada, necessitando para tal de se reclassificar o Mosteiro de São Martinho de Tibães como conjunto de interesse nacional (CIN) e não apenas como monumento nacional (MN).

É, pois, neste contexto que se submete ao Conselho esta “nova” proposta, solicitando a concordância, a fim de posteriormente se proceder então à audiência dos interessados, anteriormente, determinada.

Assim, tendo presente o disposto no art.º 15.º, n.º 3 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, o qual estabelece que «para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adotar-se-á a designação «monumento nacional» (...)» vimos propor, em conformidade com aprovação da SPAA, em 19 de maio de 2018, a **reclassificação** do Mosteiro de São Martinho de Tibães para **monumento nacional (MN)**, na categoria de **conjunto de interesse nacional (CIN)**.

A atribuição da categoria de CIN impõe, de acordo com o art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro, a definição de restrições, pelo que propomos o estabelecimento do seguinte:

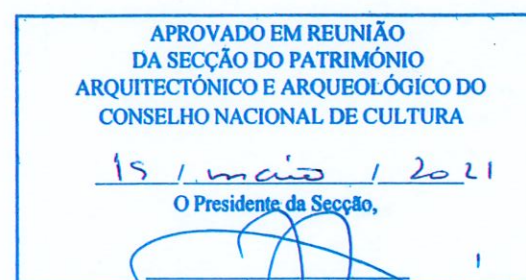
- a) Zona *non aedificandi* – manutenção dos limites da área anteriormente vedada à construção existente na zona especial de proteção (ZEP) fixada na Portaria n.º 736/94, agora inserida no interior do perímetro da área proposta para conjunto de interesse nacional (CIN);
- b) Toda a área do CIN é considerada de sensibilidade arqueológica, pelo que quaisquer intervenções que impliquem mobilização do solo e subsolo deverão ser precedidas de trabalhos arqueológicos prévios – sondagens e/ou escavações – a definir em sede de análise da intervenção proposta;
- c) Deverão ser preservados integralmente todos os bens imóveis localizados no interior do perímetro do CIN;
- d) Não existem imóveis suscetíveis de demolição;
- e) Não se aplica o previsto no n.º 1, alínea d), ponto v) do art.º 54.º, quanto ao exercício dos direitos de preferência;

- f) Todas as intervenções no conjunto encontram-se sujeitas ao regime de obras ou intervenções previstas no Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho;
- g) Identificação das condições e da periodicidade de obras de conservação de bens imóveis ou grupo de bens imóveis, de acordo com o regime do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho;
- h) Regras de publicidade exterior:
1. Não se admitem reclamos ou publicidade na área classificada;
 2. A colocação de mobiliário urbano, sinalética e outros elementos informativos não pode comprometer a integridade do conjunto classificado, e não deve interferir com a leitura e usufruto do espaço que o caracteriza;
 3. Não é admitida a colocação de painéis solares, estações e antenas de radiocomunicações na área classificada.

No que concerne à delimitação da zona especial de proteção (ZEP) nada mais temos a acrescentar ao proposto na reunião de 19 de maio de 2018, mantendo o exposto relativamente aos limites da zona *non aedificandi* ali cartografada, correspondendo, assim, a um contínuo da zona *non aedificandi* proposta para o interior dos limites do conjunto.

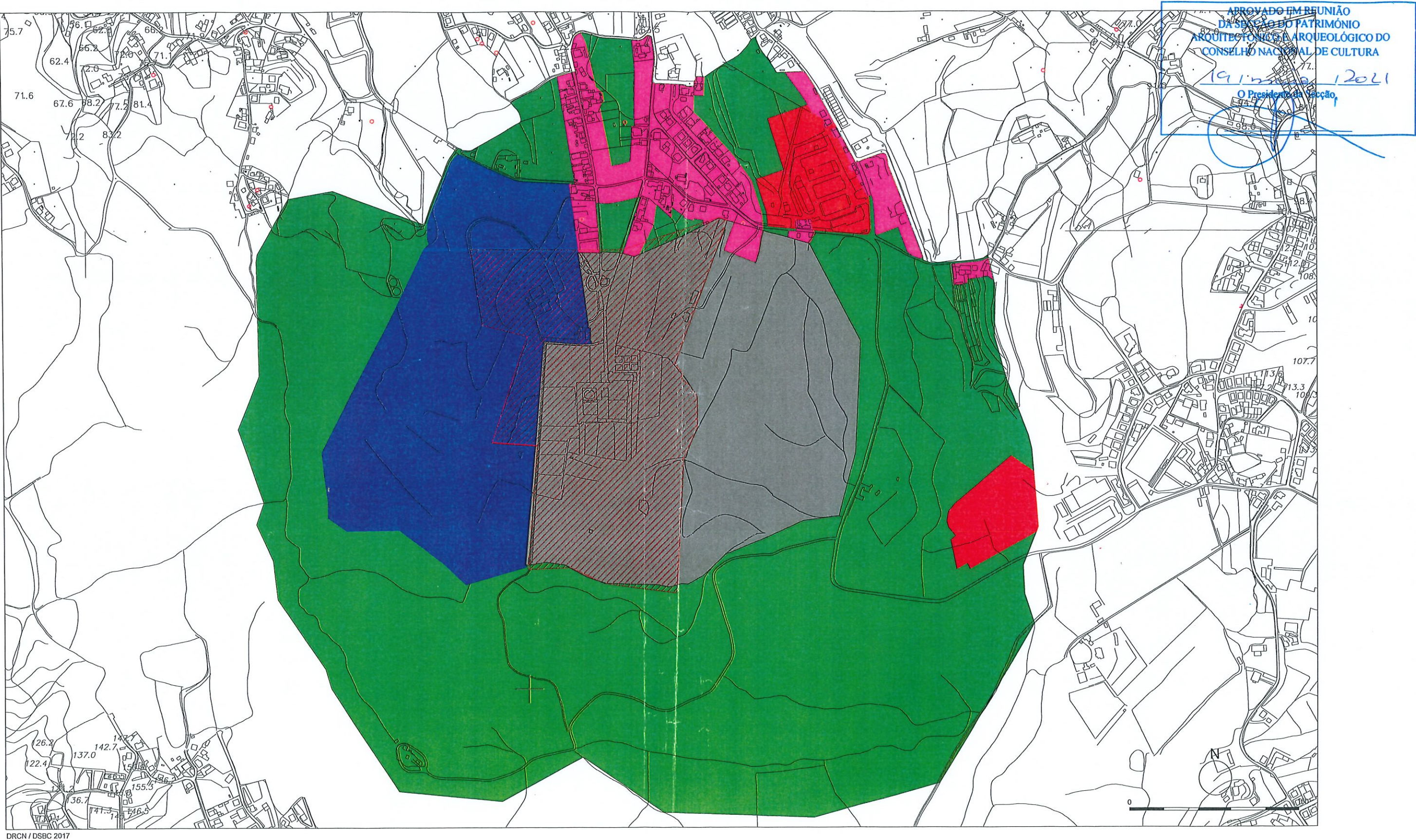
Face ao exposto, submete-se a presente proposta à SPAA do CNC.

A presente proposta foi aprovada por unanimidade.



Proposta de reclassificação do Mosteiro de São Martinho de Tibães
Conteúdos da ZEP (artigo 43º do DL 309/2009)

- Área proposta para reclassificação (CIN)
- Limite da zona especial de proteção
- Área non aedificandi
- Área verde
- Área habitacional
- Área industrial
- Plano de Pormenor de Tibães



Proposta de reclassificação do Mosteiro de São Martinho de Tibães

Concelho de Braga

Freguesia de Mire de Tibães

Conjunto de Interesse Nacional

Zona especial de proteção

Área non aedificandi

APROVADO EM REUNIÃO
DA SECÇÃO DO PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO E ARQUEOLÓGICO DO
CONSELHO NACIONAL DE CULTURA

15 / Maio / 2021

O Presidente da Secção,

